

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer a convocação do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecimentos sobre a recusa do governo federal em pagar, em 2014, a sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e, no mesmo período, transferir R\$ 16,24 milhões para União das Nações Latino Americanas (Unasul).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, IV, do Regimento Interno e art. 50, caput, da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para esclarecimentos sobre a recusa do governo federal em pagar, em 2014, a sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e, no mesmo período, transferir R\$ 16,24 milhões para União das Nações Latino Americanas (Unasul). O montante repassado a Unasul é o dobro do previsto no Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional: R\$ 7,2 milhões.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é integrante da OEA e, para tanto, deve contribuir com o valor firmado em acordo para que as ações da organização se deem de forma adequada. No entanto, causa imenso estranhamento a decisão de o governo da presidente Dilma Rousseff em não compensar sua participação na entidade que reúne as nações das Américas do Sul, Central e do Norte, e não apresentar justificativas plausíveis para o fato.

Até então, acreditava-se que o não pagamento era por contingenciamento do orçamento do Itamaraty, mas, ao que consta, o governo deixou de lado o acordo com a Organização dos Estados Americanos para beneficiar a União das Nações Latino Americanas (Unasul), repassando o dobro do valor previsto no Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional.

Segue matéria que exemplifica a necessidade da audiência:

A opção bolivariana da diplomacia brasileira

Em 2014, o Brasil transferiu as contribuições antes reservadas à OEA, da qual os Estados Unidos fazem parte, para a Unasul, que reúne as nações alinhadas à Venezuela

Veja – 01-04-2015

Por: Leonardo Coutinho

No governo petista, a diplomacia brasileira perdeu a sua relevância na defesa dos interesses nacionais e se transformou em uma peça de defesa da ideologia do partido que está no poder. Ano após ano, o Brasil foi ampliando o seu alinhamento com o chamado "bolivarianismo", o populismo de esquerda inaugurado pelo falecido presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e imitado em maior ou menor grau na Argentina, na Bolívia, no Equador e na Nicarágua. Esse alinhamento exige o gradual afastamento dos Estados Unidos, país que no discurso bolivariano é apontado como a causa de todos os males da região.

No ano passado, o Brasil deu um passo drástico no esfriamento das relações com os Estados Unidos, ao se recusar a pagar a sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA), entidade que reúne as nações das Américas do Sul, Central e do Norte. Dos 8,1 milhões de dólares esperados, o Brasil depositou apenas 1 dólar, conforme revelou o jornal Folha de S.Paulo em janeiro passado. Para este ano, são previstas contribuições de 10 milhões de dólares, mas até o momento o Brasil não realizou nenhum repasse para organização.

Acreditava-se que o calote era resultado de um contingenciamento do orçamento do Itamaraty. No entanto, a reportagem de VEJA fez uma análise das transferências internacionais realizadas nos últimos anos e descobriu um curiosa coincidência: no ano passado, o Brasil transferiu para União das Nações Latino Americanas (Unasul) 16,24 milhões de reais - o equivalente a mais de 6 milhões de dólares, considerando a cotação nas datas dos pagamentos. O repasse para a Unasul foi mais que o dobro do previsto no Orçamento da União aprovado pelo Congresso: 7,2 milhões de reais. Em 2013, a contribuição brasileira para a Unasul, entidade multilateral criada por Hugo Chávez, foi de apenas 344.000 reais. O calote na OEA, portanto, é intencional. Não faltou dinheiro. Simplesmente, a diplomacia petista optou por privilegiar a Unasul e negligenciar a OEA.

Esse processo começou em 2011, quando a Unasul foi criada com o intuito de excluir os Estados Unidos, o Canadá e o México das discussões regionais. Em abril daquele ano, a presidente Dilma Rousseff determinou que Ruy Casaes, embaixador brasileiro na OEA, fosse chamado de volta a Brasília em

protesto contra a manifestação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pedindo asuspensão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Desde então, o Brasil tem apenas um representante interino na organização, Breno Dias Costa. Para o ex-embaixador do Panamá na OEA, Guillermo Cochez, a entidade é vítima de um processo de esvaziamento liderado pela Venezuela e do qual o Brasil faz parte. "É triste ver uma potência regional como o Brasil deixar-se guiar por uma política externa contrária aos valores democráticos", diz Cochez.

No ano passado, quando a então deputada Maria Corina Machado tentou levar para o âmbito da OEA o debate sobre a violência contra manifestantes que invadiram as ruas da Venezuela contra o regime chavista, o representante brasileiro se uniu ao coro dos chavistas para desqualificar o depoimento da venezuelana e para impedir que ele acontecesse em reunião aberta. Breno Dias da Costa disse, na ocasião: "O objetivo desta reunião não é transformá-la em um circo para o público externo, como alguns representantes mostraram que querem fazer." O episódio demonstrou que o governo brasileiro não apenas não aceita ser criticado em questões de direitos humanos, como toma as dores quando o mesmo acontece com a Venezuela.

Para governos que não gostam de críticas, a Unasul é o clube perfeito. Toda vez que é chamada para "mediar" a crise política na Venezuela, a organização dedica-se basicamente a endossar as acusações feitas pelo presidente Nicolás Maduro à oposição e silencia sobre o fato de que há presos políticos no país.

Como se pode perceber da leitura da notícia acima transcrita, as informações divulgadas merecem atenção da Câmara dos Deputados, em especial desta comissão de fiscalização e precisam ser esclarecidas.

Assim, a participação do Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 2015.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP